



### III – ANÁLISE SOB OS PRISMAS CONSTITUCIONAL, LEGAL E REGIMENTAL:

A proposição legislativa em enfoque pretende a declaração de Utilidade Pública da *Federação de Esportes Eletrônicos do Piauí - FEEPI*.

É despiendo discurrir que, segundo o Promotor de Justiça Edson Rafael (Fundações e Direito; terceiro setor. São Paulo: Melhoramentos, 1997. pg. 301), utilidade pode ser definida como o proveito ou a vantagem que uma entidade jurídica, sem fins lucrativos, oferece à sociedade, para satisfazer uma necessidade coletiva de ordem pública.

Com efeito, a declaração de utilidade pública deve ser entendida como o reconhecimento de que determinadas entidades cumprem uma função que deveria ser exercida pelo Poder Público, podendo esse reconhecimento público se dar na órbita dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, já que a nível Federal houve expressa revogação e extinção do Título de Utilidade Pública, a partir de 23.01.2016.

Nesse sentido, no Município de Teresina, a Lei nº. 3.489/06 define os critérios para a concessão do título de Utilidade Pública a entidades civis filantrópicas e sem fins lucrativos, estabelecendo, em seu art. 1º, que o referido título será concedido à entidade que estiver regularmente constituída e em funcionamento, na circunscrição do Município de Teresina, há pelo menos 06 (seis) meses imediatamente anteriores à formulação do pedido.

Partindo da leitura dos dispositivos da lei municipal, percebe-se claramente que a lei resolveu reconhecer como de utilidade pública as entidades sem fins lucrativos de caráter filantrópico, ou seja, aquelas que apresentam em suas finalidades estatutárias objetivos de natureza social e assistencial, voltadas para atender os interesses e necessidades da coletividade em geral, por exemplo, nas áreas de saúde, assistência social, educação e cultura, preservação do meio ambiente.

Nesse ponto, convém transcrever os dispositivos da Lei Federal nº. 13.019/2014, a qual estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, que guardam pertinência com a abordagem acima:



*Art. 33. Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente: (grifo nosso)*

*I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; (grifo nosso)*

*Art. 84-C. Os benefícios previstos no art. 84-B serão conferidos às organizações da sociedade civil que apresentem entre seus objetivos sociais pelo menos uma das seguintes finalidades: (grifo nosso)*

*I - promoção da assistência social; (grifo nosso)*

*II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; (grifo nosso)*

*III - promoção da educação; (grifo nosso)*

*IV - promoção da saúde; (grifo nosso)*

*V - promoção da segurança alimentar e nutricional; (grifo nosso)*

*VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; (grifo nosso)*

*VII - promoção do voluntariado; (grifo nosso)*

*VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; (grifo nosso)*

*IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; (grifo nosso)*

*X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; (grifo nosso)*

*XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; (grifo nosso)*

*XII - organizações religiosas que se dediquem a atividades de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos; (grifo nosso)*

*XIII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo. (grifo nosso)*

*In casu*, analisando a documentação dos autos, em especial, o estatuto da *Federação de Esportes Eletrônicos do Piauí - FEEPI*, é de se notar que não faz jus, portanto, à declaração de utilidade pública, visto que não restou claro a atuação da associação para a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social voltadas à coletividade.



ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA  
**DIRETORIA LEGISLATIVA**

De igual modo, em que pese tenha sido juntada declaração do representante da Federação, esta não demonstrou quais atividades de cunho social e em prol da sociedade são desenvolvidas pela entidade. Ademais, as fotos fazem alusão a eventos/campeonatos de esportes eletrônicos voltados a categorias de inscritos.

Por fim, registre-se que, segundo a doutrina, são pressupostos necessários à concessão de declaração de utilidade pública: prestar serviços de forma perene, efetiva e desinteressada. Sobre a matéria, Diógenes Gasparini, em artigo de sua autoria (“Associação de Utilidade Pública: Declaração”):

“Normalmente, exige-se para a prática desse ato, que a associação: a) seja constituída no Brasil; b) tenha personalidade jurídica; c) sirva **perene, desinteressada e efetivamente à coletividade**, ou um de seus segmentos, a um certo tempo e nos termos do seu estatuto; d) não remunere seus diretores; e) não distribua a seus sócios lucro, dividendo ou vantagem, seja da espécie que for. Destarte, a declaração só será legítima se presentes esses pressupostos. (...) **De outro lado, não de ser realmente ofertados à coletividade os serviços prestados pela associação, isto é, as atividades da associação devem prestigiar os que dela necessitam.** Não podem ser meros propósitos, projetos ou programas” (in Revista de Direito Público. São Paulo, Malheiros, nº 77, ano XIX, janeiro/março de 1986, p. 167 e 168).

Por todo o exposto, tendo em vista que a entidade referenciada na proposição não evidenciou quais atividades sociais e de relevância pública presta à coletividade, de maneira desinteressada e prestigiando os que necessitam, forçoso é ter que contrariar a pretensão do proponente.

#### IV – CONCLUSÃO:

Desse modo, a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final opina **CONTRARIAMENTE** à tramitação, discussão e votação do projeto de lei em referência, tendo em vista os fundamentos ora expostos.

É o parecer, salvo melhor juízo.





Ver. **BRUNO VILARINHO**  
Relator

**VENÂNCIO CARDOSO**  
Presidente

Ver. ZÉ FILHO  
Membro

**Ver. SAMUEL ALENCAR**  
**Membro**

